

Payface Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente nº 244GV-040-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Rua Rio de Janeiro, 353, sala 403 –
Edifício Neo Office | Bairro Brasil,
CEP:38400-658 | Uberlândia (MG) |
Brasil

T +55 34 2512-5419

Aos Administradores e Acionistas da
Payface Instituição de Pagamento S.A.
Florianópolis – Santa Catarina

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Payface Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Payface Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a pequenas e médias empresas.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram por nós efetuadas, e nosso relatório datado de 12 de abril de 2023 continha qualificação quando ao não exame ou revisão dos saldos iniciais, sendo que para esse fechamento não se aplica.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável a pequenas e médias empresas, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Uberlândia, 17 de abril de 2024

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

PAYFACE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A

CNPJ(ME) 32.982.245/0001-58

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores em R\$ 1.000

A T I V O	NE	31/12/23	31/12/22
CIRCULANTE		13.539	11.899
DISPONIBILIDADES	5	1.412	1.048
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		11.309	10.428
Títulos e valores mobiliários	5	11.220	8.650
Rendas a receber	6	89	1.778
OUTROS ATIVOS		818	423
Outros créditos - Diversos	8	495	247
Outros valores e bens (Estoques)	7	176	176
Despesas antecipadas		147	-
NÃO CIRCULANTE		1.019	1.105
OUTROS ATIVOS		75	75
Outros créditos - Diversos (Partes Relacionadas)	9	75	75
INVESTIMENTOS		2	1
Outros investimentos	10	2	1
IMOBILIZADO DE USO	11	265	118
Outras imobilizações de uso		325	135
(Depreciações acumuladas)		(60)	(17)
INTANGÍVEL	12	677	911
Ativos Intangíveis		1.232	1.224
(Amortização acumulada)		(555)	(313)
TOTAL DO ATIVO		14.558	13.004

PAYFACE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A

CNPJ(ME) 32.982.245/0001-58

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores em R\$ 1.000

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	31/12/23	31/12/22
CIRCULANTE		1.553	994
OUTROS PASSIVOS		1.553	994
Fiscais e previdenciárias	13	288	288
Diversas	14	1.265	706
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.005	12.010
Capital:		38.334	22.932
De Domiciliados no país	17	38.334	22.932
(Prejuízos acumulados)		(25.329)	(10.922)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.558	13.004

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PAYFACE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A

CNPJ(ME) 32.982.245/0001-58

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores em R\$ 1.000

	NE	2023	2022
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18	1.227	1.137
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.227	1.137
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.227	1.137
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(15.634)	(8.745)
Receitas de prestação de serviços	19	3.731	1.917
Despesas de pessoal		(5.671)	(3.223)
Outras despesas administrativas	20	(13.444)	(7.250)
Despesas tributárias		(282)	(194)
Outras receitas operacionais		35	5
Outras despesas operacionais		(3)	-
RESULTADO OPERACIONAL		(14.407)	(7.608)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(14.407)	(7.608)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(14.407)	(7.608)
Nº de ações		20.000	20.000
Lucro/(Prejuízo) por ação.....R\$		(720,38)	(0,38)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PAYFACE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A

CNPJ(ME) 32.982.245/0001-58

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores em R\$ 1.000

	2023	2022
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(14.407)	(7.608)
RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(14.407)	(7.608)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PAYFACE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A

CNPJ(ME) 32.982.245/0001-58

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores em R\$ 1.000

Exercício de 01/01/23 a 31/12/23				
	CAPITAL REALIZADO	AFAC	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/23	22.932	-	(10.922)	12.010
Aumento de capital	15.402	-	-	15.402
Prejuízo do exercício	-	-	(14.407)	(14.407)
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/23	38.334	-	(25.329)	13.005
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	15.402	-	(14.407)	995
Exercício de 01/01/22 a 31/12/22				
	CAPITAL REALIZADO	AFAC	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/22	20	4.817	(3.314)	1.523
Aumento de capital	22.912	(4.817)	-	18.095
Prejuízo do exercício	-	-	(7.608)	(7.608)
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/22	22.932	-	(10.922)	12.010
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	22.912	(4.817)	(7.608)	10.487

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PAYFACE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A

CNPJ(ME) 32.982.245/0001-58

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores em R\$ 1.000

	31/12/23	31/12/22
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(14.407)	(7.608)
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	285	259
	<u>(14.122)</u>	<u>(7.349)</u>
Varição de Ativos e Obrigações	1.853	(1.519)
(Aumento) redução de outros ativos	1.517	(2.084)
Aumento (redução) em outros passivos	559	565
Imposto de renda e contribuição social pagos	(223)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(12.269)	(8.868)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Inversões em:		
Investimentos	(1)	-
Imobilizado de uso	(190)	(93)
Inversões líquidas no intangível	(8)	(3)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(199)	(96)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento pela integralização de capital	15.402	18.095
Partes relacionadas	-	(2.864)
Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamento	15.402	15.231
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.934	6.267
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.698	3.431
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>12.632</u>	<u>9.698</u>

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PAYFACE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores em R\$ mil)

1. Contexto operacional

A Payface Instituição de Pagamentos S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 08 de março de 2019, que atua no ramo de atividade auxiliares dos serviços financeiros, pagamentos, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis, suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis as Pequenas e Médias Empresas, que abrangem a legislação societária brasileira e o pronunciamento técnico CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) – NBC TG 1000, devidamente ratificado pelos órgãos reguladores.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelos gestores da Companhia em 17 de abril de 2024.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros, quando aplicável, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias Companhias (NBC TG 1000) requer que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

b) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros básicos

A Companhia adota integralmente a seção 11 do Pronunciamento Técnico CPC PME para definir os aspectos de reconhecimento, reversão, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros básicos. Por não possuir instrumentos financeiros complexos, a seção 12 não é aplicável.

PAYFACE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em R\$ mil)

Instrumentos financeiros básicos incluem caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros créditos, assim como empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamento de clientes e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros básicos são reconhecidos inicialmente pelo custo da operação acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. Se um ativo ou passivo financeiro atender ao conceito de transação financeira, nos termos da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME, é avaliado com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros de mercado para instrumento de dívida semelhante.

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros básicos na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de receitas não operacionais.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às taxas fiscais de cada parte ou grupo de um item do imobilizado.

PAYFACE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores em R\$ mil)

As taxas fiscais são:

	2023	2022
Edificações	4%	4%
Instalações	10%	10%
Máquinas e equipamentos	20%	20%
Equipamentos de informática e periféricos	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos no encerramento do exercício financeiro não constituindo quaisquer ajustes como mudança de estimativas contábeis.

d) Redução ao valor recuperável – Impairment

A administração não revisou o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a administração desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é “praticamente certo” seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

f) Receita operacional

Venda de produtos

A receita operacional da venda de serviços no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, quando for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, quando os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, quando não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e quando o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

PAYFACE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em R\$ mil)

g) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de rendimento de aplicações financeiras, juros recebidos de clientes e descontos obtidos no pagamento de duplicatas. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente despesas de juros e multas pagos por impostos e fornecedores pagos em atraso, descontos concedidos a clientes e tarifas bancárias.

h) Imposto de renda e contribuições social

A Companhia é optante pelo regime de lucro real, sendo estes lucros ajustado calculado a alíquota de 15% de IRPJ, mais 10% adicional, quando houver e mais 9% de CSLL. As alíquotas regulares de PIS e Cofins, nestes casos, são de 0,65% e 3,00%, respectivamente. Para cálculo de Pis e Cofins sobre as receitas financeiras, são usadas alíquotas diferenciadas de 0,65% e 4% respectivamente.

i) Novas pronunciaimentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

A Companhia adota o CPC PME como base de suas contabilizações. Neste cenário, não há conhecimento de alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos adiante. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Caixa e equivalentes de caixa

São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Contas a receber e outros créditos

O seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa fundo fixo	4	4
Banco conta movimento	1.408	1.044
Total disponibilidades	1.412	1.048
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	11.220	8.650
Total caixa e equivalentes de caixa	12.632	9.698

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(i) Ativos do BTG - Renda fixa: 102,50% do CDI e 101,75% do CDI. Investimento Únitos: INVESTFUTURO - RDC0181 – 106% do CDI.

PAYFACE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores em R\$ mil)

6. Contas a receber

	2023	2022
Contas a receber	89	1.778
Total	89	1.778

	2023	2022
Vencidos	15	23
De 01 a 30 dias	10	13
31 a 60 dias	-	1.740
61 a 90 dias	-	-
Acima da 90 dias	5	2
A vencer	74	1.755
Total	89	1.778

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de Ajuste a Valor Presente (AVP).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessária, é constituída em montante considerado suficiente pela administração, diante de eventuais perdas. Atualmente, a Companhia não tem PCLD.

7. Estoques

	2023	2022
Celulares em comodato	129	129
Suporte metálico em comodato	47	47
Total	176	176

8. Outros créditos - Diversos

	2023	2022
Adiantamentos e antecipações salariais	32	1
Adiantamento a fornecedores	-	70
Adiantamento de viagens	42	-
Caução de aluguel	4	4
Impostos e contribuições a compensar	417	172
Total	495	247

PAYFACE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores em R\$ mil)

9. Partes relacionadas

	Saldos em 01/01/2023		Valores atualizados/ pagos	Valores atualizados/ recebidos	Saldos em 31/12/2023	
	Ativo	Passivo			Ativo	Passivo
Payface Holding	75	-	-	-	75	-
Total	75	-	-	-	75	-

	Saldos em 01/01/2022 (Não auditado)		Valores atualizados/ pagos	Valores atualizados/ recebidos	Saldos em 31/12/2022	
	Ativo	Passivo			Ativo	Passivo
Payface Holding	84	-	9	-	75	-
Mútuo Conversível	-	2.873	2.873	-	-	-
Total	84	2.873	2.882	-	75	-

Remuneração de pessoal-chave da administração

Os membros da diretoria executiva não são partes de contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo-prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT.

10. Investimento

	2023	2022
Cotas Únulos (i)	2	1
Total	2	1

(i) Quotas partes da cooperativa Únulos.

11. Imobilizado

	Benfeitorias em imóveis terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamento processamento dados	Móveis e utensílios	Total
Taxa média de depreciação anual (%)	4%	10%	10%	20%	10%	-
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	-	3	8	14	17	42
Adições	13	-	-	44	36	93
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13	3	8	58	53	135
Adições	-	-	39	148	3	190
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13	3	47	206	56	325
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	-	-	-	(4)	(1)	(5)
Adições	-	-	(1)	(7)	(4)	(13)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	(1)	(11)	(5)	(17)
Adições	(1)	(1)	(3)	(33)	(5)	(43)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1)	(1)	(4)	(44)	(10)	(60)
31 de dezembro de 2022	13	3	7	47	48	118
31 de dezembro de 2023	12	2	43	162	46	265

12. Intangível

	Marcas	Investimentos em Plataforma Payface	Total
Custo			
1º de janeiro de 2022	22	1.207	1.229
Baixa	-	-	-
Adição	3	-	3
31 de dezembro de 2022	25	1.207	1.232
Baixa	-	-	-
Adição	-	-	-
31 de dezembro de 2023	25	1.207	1.232
Depreciação			
1º de janeiro de 2022	(3)	(72)	(75)
Baixa	-	-	-
Amortização	(5)	(241)	(246)
31 de dezembro de 2022	(8)	(313)	(321)
Baixa	8	-	8
Amortização	-	(242)	(242)
31 de dezembro de 2023	-	(555)	(555)
31 de dezembro de 2022	17	894	911
31 de dezembro de 2023	25	652	677

13. Fiscais e previdenciárias

	2023	2022
Impostos e contribuição s/serviços	7	7
Impostos e contribuição s/salário	169	95
ISS	21	36
COFINS	36	58
PIS	7	12
Contribuição preferenciais s/faturamento	48	80
Total	288	288

14. Diversas

	2023	2022
Despesas de pessoal	475	220
Outras Despesas administrativas	789	482
Credores diversos - País	1	4
Total	1.265	706

15. Provisão de contingências

A Companhia possui processos de naturezas civil, trabalhista e tributária, todos em razão do curso normal das operações. A administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

A Companhia não possui ações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social está representado por 38.334.117 cotas (22.931.551 em 31 de dezembro de 2022) cotas totalmente integralizadas com valor nominal de 1,00 cada e detidas pelo seguinte cotista:

Acionistas	2023			2022		
	Quotas	Valor (R\$*)	%	Quotas	Valor (R\$*)	%
Payface Holding	38.331.824	38.332	99,9948%	22.929.257	22.930	99,99%
Payface Holing LLC	2.293	2	0,0052%	2.293	2	0,01%
Total	38.334.117	38.334	100,00%	22.931.550	22.932	100,00%

17. Receitas de intermediação financeira

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicações financeiras	1.217	1.137
Outros	10	-
Total	1.227	1.137

18. Receita de prestação de serviço

	2023	2022
Receita de prestação de serviço	3.731	1.917
Total	3.731	1.917

19. Outras despesas administrativas

	2023	2022
Serviços prestados terceiros	(4.237)	(4.695)
Despesa com manutenção e conservação	(12)	(323)
Despesas com aluguéis	(176)	-
Despesas com viagens	(711)	(456)
Despesas com processamento de dados (i)	(6.812)	(924)
Despesas com sistema financeiro	(15)	(6)
Despesa com propaganda e publicidade	(497)	(443)
Despesas com promoção e relações públicas	(201)	-
Despesa com depreciação e amortização	(284)	(259)
Outras despesas	(499)	(144)
Total	(13.444)	(7.250)

(i) Devido ao crescimento da operação, a companhia teve que realizar investimentos em certificações internacionais e novos softwares, bem como, aumentar o quadro de funcionários.

20. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada com base no Lucro Real. Em 2023 e 2022 houve prejuízos no encerramento dos exercícios, portanto não teve IRPJ e CSLL no ano.

21. Instrumentos financeiros

Apresentam-se a seguir os ativos e passivos financeiros da Companhia, os quais são mensurados pelo custo amortizado:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.632	9.699
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	89	1.778
Fornecedores e outras contas a pagar		(789)	(482)
Partes relacionadas	9	75	75
Líquido		12.007	11.070

A Companhia possui instrumentos financeiros cujos valores de mercado dessas operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos de bancos, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar.

A Companhia não possui, além dos instrumentos financeiros mencionados anteriormente, outros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como não possui instrumentos derivativos nessas datas.

Gestão de riscos

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

Contas a receber

Representado pela possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes.

O saldo a receber de clientes é denominado em reais e sua administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro da Provisão para Perdas de Créditos Esperadas (PECLD), quando aplicável.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma.

A Companhia tem como política a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e em aplicações com baixo nível de exposição a riscos e alto nível de liquidez.

Praticamente todo o excesso de caixa é aplicado em certificado de depósito bancário e operações compromissadas emitidas por essas instituições. A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos onde há risco de ativos desconhecidos.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos através de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, depósitos bancários e arrendamento mercantil financeiro.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos quotistas, devolver o capital a eles ou emitir novas quotas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, às políticas ou aos processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

* * *